

Os principais números que compõem o panorama atual da violência contra a mulher no Brasil

(Organizados pela Secretaria da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores – CUT, em agosto/2022)

- Conforme dados da *Agência Patrícia Galvão*, com base no *14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020*, 30 mulheres sofrem agressão física por hora; uma mulher é vítima de estupro a cada 10 minutos; três mulheres são vítimas de feminicídio a cada um dia e uma travesti ou mulher trans é assassinada no país a cada dois dias. Além disso, 90% das mulheres declaram ter medo de violência sexual;
- Em uma comparação entre 83 países, o Brasil possui uma taxa média de 4,8 assassinatos a cada 100 mil mulheres, 2,4 vezes maior que a taxa mundial – dois assassinatos a cada 100 mil mulheres – ocupando, assim o 5º lugar no *ranking* mundial de feminicídios, segundo o *Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH)*;
- Com relação ao perfil das vítimas de feminicídio, o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* aponta que 74,7% delas tinham entre 18 e 44 anos, 61,8% eram negras, 81,5% foram mortas por “companheiros” ou “ex-companheiros”, 8,3% por outros parentes;
- Já segundo o *Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2021)*, foram registrados 60.460 estupros em 2020. Desses, 73,7% das vítimas eram vulneráveis, 60,6% tinham até 13 anos; 86,9% do sexo feminino; e, em 85,2% dos casos, o autor era conhecido da vítima;
- Já em relação à questão racial, as mulheres negras são as maiores vítimas de violência no Brasil. Segundo o *Atlas da Violência de 2021*, 66% das mulheres assassinadas no Brasil em 2019 eram negras. Isto é, a cada dez mulheres mortas, seis são negras. Em termos relativos, enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 2,5, a mesma taxa para as mulheres negras foi de 4,1;
- Ainda segundo o *Atlas da Violência*, o risco relativo de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra, ou seja, para cada mulher não negra morta, morrem 1,7 mulheres negras (2021, p. 38). Os dados apresentados pelo *Atlas* de 2021 revelam ainda maior desigualdade na intersecção entre raça e sexo na mortalidade feminina. Entre 2009 e 2019, o total de mulheres negras vítimas de homicídios apresentou aumento de 2%, enquanto o número de mulheres não negras assassinadas caiu 26,9% no mesmo período;
- Quanto ao ambiente de trabalho, a *Agência Patrícia Galvão* divulgou uma pesquisa (2022) que revela que 76% das mulheres já foram vítimas de violência, sendo que quatro em cada dez foram alvos de xingamentos, insinuações sexuais ou receberam convites dos colegas homens para sair. Na mesma proporção, as trabalhadoras tiveram seu trabalho supervisionado excessivamente, depreciação das funções que exercem e/ou receberam um salário menor do que seus colegas homens com o mesmo cargo;
- Outro tipo de violência que se destaca é a violência política de gênero. Atualmente, em que pese serem mais da metade do eleitorado do Brasil e praticamente a metade de filiadas nos partidos políticos, as mulheres são apenas 15% na Câmara dos(as) Deputados(as) e menos de 15% no Senado Federal. Embora haja ações importantes para a equidade de gênero, as mulheres não alcançam uma participação expressiva nos espaços de poder e decisão. Um dos motivos pelos quais isso acontece é a violência política que elas sofrem antes da candidatura, durante a campanha e mesmo depois de eleitas.

Fontes

Anuário de Segurança Pública - Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020 e 2021). Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>

Relatório “Estimativas globais, regionais e nacionais para violência sexual praticada por parceiros íntimos contra mulheres e estimativas globais e regionais para violência sexual não praticada por parceiros contra mulheres”. Disponível em: <https://who.canto.global/s/KDE1H?viewIndex=0>

Cenário político atual e o estímulo à violência contra a mulher no país

Na realidade, estudos demonstram aumento da violência contra a mulher durante pandemia e retrocesso nas políticas de gênero com governo Bolsonaro

- Um relatório feito pelo *Datafolha* para o *Fórum Brasileiro de Segurança Pública* apontou que, em 2021, uma em cada quatro mulheres com mais de 16 anos sofreu algum tipo de violência doméstica no país.
- O documento mostra também que, durante todo ano de 2020, 1.350 mulheres foram vítimas de feminicídio, número 0,7% maior que no ano anterior. O número de chamadas por violência doméstica para o 190 (Polícia Militar) subiu 16,3% e chegou a 694.131 no ano passado.

- O relatório do *Fórum Brasileiro de Segurança* revela ainda que somente este ano, 17 milhões de mulheres sofreram agressões. Quase 49% dos casos aconteceram no ambiente doméstico. Apenas no primeiro ano de governo Bolsonaro, os casos já tinham aumentado 27%;
- Segundo dados apresentados no documento do Fórum sobre o tema “*Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil*”, houve um aumento de 6,6% da violência na própria casa em comparação ao levantamento de 2019, o que fez atingir agora 48,8% dos casos;
- O Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos reservou em 2022 o menor orçamento dos últimos quatro anos para o enfrentamento à violência contra a mulher, pauta prioritária dos movimentos feministas neste 8 de Março - Dia Internacional da Mulher.
- Segundo um levantamento da revista ‘*AzMina*’, entre 2019 e o primeiro semestre de 2021, o governo federal deixou de aplicar quase R\$ 400 milhões no combate à violência, incentivo à autonomia e saúde feminina.
- Boa parte desse dinheiro era para ser usada na construção de Casas da Mulher Brasileira, pelo menos 1 por estado do país. Um dos serviços oferecidos pela casa é o alojamento para acolhimento em casos de risco iminente de feminicídio, algo de extrema valia em uma pandemia que obrigou vítimas a se isolarem com seus agressores.
- Portanto, o socorro que salva vidas poderia estar à disposição das mulheres durante a pandemia simplesmente não saiu do papel porque o governo não usou o dinheiro que existia para isso. Enquanto os números de feminicídios só aumentam, Bolsonaro gastou apenas 1 milhão de reais da Casa da Mulher Brasileira desde que se elegeu, segundo levantamento do periódico feminista.
- Esta situação de precarização e desmonte das políticas de gênero vêm sendo denunciada e combatida fortemente pelas organizações femininas e pela CUT – Central Única dos Trabalhadores.
- As comemorações do 08 de março deste ano foram focadas na resistência pela manutenção da vida, dos direitos, da renda das famílias, da saúde e contra toda forma de violência contra as mulheres.

As políticas da CUT no combate à violência contra a mulher

- Fortalecer a Campanha “#CutSpSororidade – Basta de Violência contra a Mulher”.
- Fortalecer os Coletivos existentes e criação de novos coletivos nos sindicatos e nas Subsedes da CUT-SP.
- Trabalhar a luta das Mulheres de maneira plural, em parceria com as demais secretarias da CUT-SP.
- Implementar o “Protocolo de prevenção e ação em casos de discriminação, assédio e violência por razões de gênero no âmbito da Central Única dos Trabalhadores”, instrumento por meio do qual assume a decisão de adotar mecanismos claros de abordagem das violências como parte de seu compromisso para a defesa e promoção dos direitos humanos;
- Fortalecer a participação das Mulheres nos conselhos municipais e estaduais, onde os sindicatos e as Subsedes possam auxiliar no acompanhamento da atuação e garantir a representação sindical das mulheres.
- Lutar pela implementação das convenções 100 e 111 da OIT: sobre igualdade de remuneração e a discriminação em matéria de emprego e profissão.
- Lutar pela implementação da Recomendação Suplementar 90 da OIT – Sobre Igualdade de Remuneração de Homens e Mulheres Trabalhadores por Trabalho de Igual Valor.
- Lutar pela Ratificação da Convenção 190 e pela implementação da recomendação 206 – sobre a Eliminação da Violência e o Assédio no Mundo do Trabalho.

Os caminhos apontados pela CUT para atacar o problema da violência contra a mulher

- Intensificar ações voltadas à aplicação integral da Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio;
- Retomar a criação e o fortalecimento das Casas da Mulher Brasileira – espaços de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica;
- Retomar o pacto nacional de enfrentamento a violência;
- Criar onde não houver e instrumentalizar as Delegacias da Mulher em todos os municípios, com funcionamento em tempo integral e capacitação dos servidores e servidoras para o atendimento das vítimas;
- Definir legislação e políticas públicas voltadas a inibir as práticas de discriminação por parte das empresas contra a população LGBTQI+, acompanhada de Campanha Institucional contra o genocídio da juventude e da população LGBTQI+.

Transformar a realidade para melhorar a vida das mulheres

- Um projeto de desenvolvimento que contemple as trabalhadoras precisa garantir a valorização do salário mínimo e o investimento em políticas públicas universais. A agenda de reivindicação por condições mais igualitárias para a entrada e permanência das mulheres no mercado de trabalho, passa, necessariamente, pela construção de um outro modelo de desenvolvimento com medidas emergências de combate à fome, inclusão social e pela retomada do desenvolvimento com igualdade de oportunidades para as mulheres.
- Nesse sentido, é imprescindível que o Estado garanta os investimentos na área social, com creches públicas, educação, saúde, transporte, proteção social, dentre outras áreas fundamentais. Entre elas, as políticas de cuidado, que devem ser um componente central e transversal dos sistemas de proteção social. Investir na economia do cuidado como um setor dinamizador da economia e do emprego, com formalização, remuneração adequada, direitos trabalhistas e acesso à seguridade social de trabalhadoras e trabalhadores.